A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA RECICLAGEM

Autor(res)

Evanilde Dos Santos Carvalho
Nicolie Jacomassi Freitas

Categoria do Trabalho

Pós-Graduação

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ

Introdução

Ainda que o Brasil seja um país líder na reciclagem de alguns tipos de materiais, ao exemplo, as latas de alumínio, no todo pouco vem sendo feito. O Brasil ocupa uma das últimas posições no ranking mundial, onde destaca-se que de 30% do lixo produzido no Brasil, 4% é reciclado, dados do Ministério do Meio Ambiente; enquanto países líderes têm porcentagens altas, observa-se: Alemanha 60%, Coréia do Sul 59%. E, em países vizinhos, os dados são de, em média, 16%. Encontram-se diversos problemas envolvendo a desvalorização da reciclagem, dentre eles o principal: a equação entre economia e o meio ambiente. Um problema nestas proporções não desperta preocupações apenas internas, mas afligem o mundo todo, cita-se, o encontro do G20/23 onde foram abordadas as questões ambientais, tais como, "usar todas as ferramentas políticas para alcançar um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo". E, portanto, há necessidade de se responder: faltam políticas públicas ou consciência social?

Objetivo

Atestar a efetividade das medidas públicas adotadas para aumentar os índices de reciclagem do país; deliberar a respeito das lacunas, com finalidade de obter resposta ao questionamento: “faltam políticas públicas ou educação social?”.

Material e Métodos

O presente resumo expandido compreenderá uma revisão de artigos, dados oficiais, legislação - compreende-se em legislação, principalmente, a Constituição Federal, nos artigos que dispõe a acerca do meio ambiente e seus cuidados, a Lei 12.305/2010, que rege sobre a política nacional dos resíduos sólidos, e, a Lei 14.260/2021. -, não se estabelece limite de anos, são utilizados todos os conteúdos disponíveis.

Resultados e Discussão

A CF dispõe em seus arts. 23, VI, 24, VI, 30, II, 170, VI, ser competência comum proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas. Em complemento, destaca-se o art. 225 da CF, que assegura um “meio ambiente ecologicamente equilibrado”, e, em especial, §1º, VI, que in verbis: “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. A Lei 12.305, estabelece diversos princípios que norteiam a gestão e reutilização de resíduos sólidos. O art. 7º, II, da

referida lei, declara: redução, reutilização e reciclagem, mas, ainda que com fortes políticas, o Brasil é um dos últimos colocados no ranking. Data-se a lei do ano de 2010, a necessidade de algo mais é nítida, nota-se que não há progresso, tal fator motivou a PL 6.545/19, trazendo três eixos base, o incentivo fiscal, criação de fundo de apoio e emissão de títulos para financiar projetos. Sancionada: Lei 14.260/21.

Conclusão

Analisa-se o problema: o custo da coleta aponta uma falha fiscal, segundo dados do CEMPRE/16 a coleta seletiva custa quatro vezes mais que a convencional; mão de obra; pouca ação pública; falta de consciência social. Há lacunas no cunho político e no social, a sociedade não está apta a aderir e ao invés de cobrar, o Estado fica inerte, como nos pontos ecológicos. Assim sendo, existe uma postura ativa pela reciclagem, mas insuficiente, implementação é a falha e decorre da falta da ação social.

Referências

GUERRA, Gabriel. A Política Nacional de Resíduos Sólidos: como o Brasil lida com o lixo? 2018.
AGÊNCIA SENADO. Política de incentivo à reciclagem de lixo é aprovada na CMA e vai a Plenário. 2021.
FRIEDE, Reis, MIRANDA, Maria Geralda de, CARLOS, André, AVELAR, Kátia. Aspectos Legais da Coleta Seletiva do Lixo. 2019.
EMBAPEL RECICLAGEM. Os 5 Países que Mais Reciclam no Mundo. 2023.
AMARAL, Daniela Soares. Reciclagem no Brasil: Panorama Atual e Desafios para o Futuro. 2021.
Galdeano, Luany. Tratado da ONU Incentiva Reuso para Combater Lixo Plástico. 2022. Folha de São Paulo.
DIÁRIO DO COMÉRCIO. Brasil tem 18 anos para Ampliar Índice de Reciclagem. 2022.
AGÊNCIA BRASIL. Índice de Reciclagem no Brasil é de Apenas 4%, diz Abrelpe. 2022.